



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO nº 0022554-58.2012.8.17.0001 (0309519-6)

EMBARGANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco - FUNAPE

PROCURADOR: Maria Raquel Santos Pires

EMBARGADO: Gilson Matias da Silva

ADVOGADO: Patrícia Carla da Costa Lira

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

259

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO. MILITAR. GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

-Trata-se de Embargos de Declaração contra acórdão unânime, exarado nos autos do Recurso de Agravo em Apelação nº 0309519-6, que negou provimento ao recurso de agravo (fls. 234).

-O embargante, em suas razões, alega haver omissões no acórdão recorrido, sendo o esclarecimento necessário para fins de prequestionamento. Afirma que o acórdão deixou de debater sobre os arts. 40, §§ 7º e 8º, 37, X, 97, 169, § 1º, e 195, § 5º, da Constituição Federal.

-É sabido que os embargos de declaração têm como função afastar da decisão qualquer omissão necessária à solução da lide, não permitir a obscuridade, por acaso identificada, e extinguir qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão.

-Cumpre mencionar que as supostas omissões referentes aos arts. 40, §§ 7º e 8º, 97, X, 169, § 1º, e 195, § 5º, da Constituição Federal, já foram decididas e suficientemente fundamentadas. A intenção de rediscutir matéria já decidida no julgamento do recurso de agravo não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração.

-Com relação aos §§ 7º e 8º do art. 40, da Constituição Federal, observa-se que foram trazidos pelo embargante, alegando que não podem ser aplicados ao caso, visto que a Gratificação de Policiamento Ostensivo possui caráter *propter laborem*. Houve manifestação explícita acerca de tais matérias, em decisão terminativa e acórdão, nos quais foi, inclusive, colacionado o entendimento pacífico desde Egrégio Tribunal de Justiça, nos seguintes termos (fls. 191/192 e 234 dos autos do Recurso de Agravo nº 0309519-6):

"Desta feita, sendo a gratificação instituída como atividade fim da Polícia Militar do Estado, foi elevada à categoria de gratificação geral, o que a estende a todos os servidores militares, inclusive pensionistas e inativos, sob pena de afronta ao princípio da isonomia.

Neste sentido, firmou-se entendimento hoje pacífico neste Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco. (...)"

"-No que se refere às alegações de inexistência de prévia dotação orçamentária, de ausência de previsão expressa na lei de diretrizes orçamentárias, e de vedação à concessão do reajuste sem a correspondente fonte de custeio, tais matérias não foram trazidas em sede de recurso de apelação, desta forma, não devem ser apreciadas, visto que ficou caracterizada a inovação recursal.

-Também não deve prevalecer a tese do apelado de que a extensão da referida gratificação aos inativos dependeria, necessariamente, de declaração de inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 59/2004, sob pena de ofensa à cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF), assim como da Súmula Vinculante nº 10. (...)"

-Quanto à questão da ofensa à legalidade estrita (art. 37, X, da Constituição Federal) entendo que o acórdão proferido em sede de Recurso de Agravo não se pronunciou acerca de tal matéria. Fica constatada, portanto, a hipótese de omissão, que ora supro.

-A inserção da Gratificação de Policiamento Ostensivo nos proventos dos inativos não se trata de aumento de remuneração, mas sim, de atender à regra constitucional de paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas. Deste modo, não há ofensa ao princípio da legalidade estrita (art. 37, X, da Constituição Federal), visto que o mesmo não se aplica ao caso em análise.

-Por unanimidade, deu-se provimento parcial aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junlor

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração em Recurso de Agravo, nº0309519-6, que figura como embargante a Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco e como embargado Gilson Matias da Silva.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em dar provimento parcial aos Embargos de Declaração interpostos, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 29/05/14


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

260

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO nº 0022554-58.2012.8.17.0001 (0309519-6)

EMBARGANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco - FUNAPE

PROCURADOR: Maria Raquel Santos Pires

EMBARGADO: Gilson Matias da Silva

ADVOGADO: Patrícia Carla da Costa Lira

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração contra acórdão unânime, exarado nos autos do Recurso de Agravo em Apelação nº0309519-6, que negou provimento ao recurso de agravo (fls. 234).

O embargante, em suas razões, alega haver omissões no acórdão recorrido, sendo o esclarecimento necessário para fins de prequestionamento. Afirma que o acórdão deixou de debater sobre os arts. 40, §§7º e 8º, 37, X, 97, 169, §1º, e 195, §5º, da Constituição Federal.

Diante de tais argumentos, pugna o Embargante pelo conhecimento e provimento dos presentes Aclaratórios, a fim de sanar as omissões ora apontadas.

Acolhendo parcialmente esta Relatoria a insurgência do ora embargante, por razões adiante demonstradas, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o breve relatório. Passo a decidir.

VOTO

Através de acórdão unânime proferido em Recurso de Agravo, fls. 234, foi negado provimento ao recurso, estando o acórdão nestes termos:

XX

É sabido que os embargos de declaração têm como função afastar da decisão qualquer omissão necessária à solução da lide, não permitir a obscuridade, por acaso identificada, e extinguir qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão.

Cumpra mencionar que as supostas omissões referentes aos arts. 40, §§7º e 8º, 97, X, 169, §1º, e 195, §5º, da Constituição Federal, já foram decididas e suficientemente fundamentadas. A intenção de rediscutir matéria já decidida no julgamento do recurso de agravo não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração.

Com relação aos §§7º e 8º do art. 40, da Constituição Federal, observa-se que foram trazidos pelo embargante, alegando que não podem ser aplicados ao caso, visto que a Gratificação de Policiamento Ostensivo possui caráter *propter laborem*. Houve manifestação explícita acerca de tais matérias, em decisão terminativa e acórdão, nos quais foi, inclusive, colacionado o entendimento pacífico desde Egrégio Tribunal de Justiça, nos seguintes termos (fls.191/192 e 234 dos autos do Recurso de Agravo nº0309519-6):

"Desta feita, sendo a gratificação instituída como atividade fim da Polícia Militar do Estado, foi elevada à categoria de gratificação geral, o que a estende a todos os servidores militares, inclusive pensionistas e inativos, sob pena de afronta ao princípio da isonomia.

Neste sentido, firmou-se entendimento hoje pacífico neste Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco. {...}"



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

"-No que se refere às alegações de inexistência de prévia dotação orçamentária, de ausência de previsão expressa na lei de diretrizes orçamentárias, e de vedação à concessão do reajuste sem a correspondente fonte de custeio, tais matérias não foram trazidas em sede de recurso de apelação, desta forma, não devem ser apreciadas, visto que ficou caracterizada a inovação recursal.

-Também não deve prevalecer a tese do apelado de que a extensão da referida gratificação aos inativos dependeria, necessariamente, de declaração de inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 59/2004, sob pena de ofensa à cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF), assim como da Súmula Vinculante nº 10.(...)"

Quanto à questão da ofensa à legalidade estrita (art. 37, X, da Constituição Federal) entendo que o acórdão proferido em sede de Recurso de Agravo não se pronunciou acerca de tal matéria. Fica constatada, portanto, a hipótese de omissão, que ora supro.

A inserção da Gratificação de Policiamento Ostensivo nos proventos dos inativos não se trata de aumento de remuneração, mas sim, de atender à regra constitucional de paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas. Deste modo, não há ofensa ao princípio da legalidade estrita (art. 37, X, da Constituição Federal), visto que o mesmo não se aplica ao caso em análise.

Diante de todo exposto, suprimindo a omissão apontada, **dou provimento parcial** aos presentes Embargos de Declaração, no que pertine à alegação de ofensa ao princípio da legalidade estrita, mantendo-se incólume o acórdão embargado, nos seus demais termos.

É como voto

Recife, 29/05/14


Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator